

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE DIREITO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

EDITAL DE MONITORIA PARA VOLUNTÁRIAS Nº 002-1/2023- UEA/ED

Fixa as normas do Processo de Seleção Classificatória 2023/2 aos alunos da Escola de Direito para preenchimento das vagas em caráter não remunerada do Programa de Monitoria da Escola de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, conforme disposto na Resolução Nº 073/2013 – CONSUNIV.

A Diretoria da Escola de Direito – UEA/ED, de acordo a Resolução Nº 073/2013, torna público, para conhecimento dos interessados o que segue

APRESENTAÇÃO

O Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Amazonas tem por finalidade proporcionar experiência aos discentes do curso de graduação nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior. Neste sentido, a monitoria é uma proposta de ações experimentais que irá contribuir de forma relevante para a melhoria da formação dos discentes em trajetória acadêmica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, preconiza, em seu artigo 84, que: ***“os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”***. Visando a melhoria na qualidade do aprendizado dos discentes, o Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Amazonas tem por objetivo proporcionar aos acadêmicos dos cursos de graduação, oportunidades de desenvolverem experiências nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior.

1. DA IDENTIFICAÇÃO

1.1. Unidade Acadêmica: Escola de Direito – ED.

Quanto aos tipos de monitoria, destacam-se a modalidade:

1.1 Monitoria Voluntária: com carga horária a ser cumprida no período de 12 (doze) horas semanais, seguindo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas. Não gera nenhum tipo de vínculo trabalhista com a UEA, bem como nenhum recebimento de bolsa remunerada (conforme Resolução nº. 073/2013- CONSUNIV/UEA).

O aluno poderá exercer a monitoria por, no máximo, 02 (dois) anos, consecutivos ou não, numa mesma disciplina ou em disciplinas diferentes.

1.3 Disciplinas vinculadas ao Programa de Monitoria:

Direito Processual do Trabalho, Direito Empresarial II, Direito Agrário, Direito Tributário II, Direito Ambiental II, Direito da Criança e do Adolescente e Direito Processual Constitucional.

2. DAS ATIVIDADES EXERCIDAS

Tanto o aluno-monitor quanto o professor orientador deverão desenvolver atividades conforme Resolução Nº 073/2013 – CONSUNIV/UEA

2.1 São atividades do aluno-monitor:

- I. Auxiliar o professor na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de matéria didático, em exercícios de classe e no laboratório;
- II. Auxiliar o professor na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em relação ao conteúdo da disciplina e à prática de laboratório;
- III. Fazer revisão de texto, elaborar resenhas bibliográficas e realizar outras tarefas que propiciem o seu aprofundamento na disciplina;
- IV. Assistir outras aulas teóricas e práticas das disciplinas, de acordo com o Plano de Orientação do Aluno;
- V. Registrar mensalmente as atividades desenvolvidas, fichamento ou formulário manual de frequência (disponível no site da UEA), para ser entregue ao professor-orientador para ser anexado no SISPROJ novo;
- VI. Ao término do período letivo, fazer e entregar o Relatório de Atividades do aluno-monitor (disponível no site da UEA), ao professor-orientador para ser anexado no SISPROJ novo juntamente com a Avaliação Semestral pelo professor-orientador.

Parágrafo único: Fica **vedado ao Aluno-Monitor o exercício da docência sob pena da perda do certificado**

O aluno deverá, obrigatoriamente, dispor de tempo fora do seu horário de aula ou atividades de estágio para exercer a monitoria. O horário do aluno disponível para a monitoria deve contemplar o horário da disciplina pleiteada, caso contrário o mesmo pode ser dispensado pelo professor-orientador mesmo que este tenha sido aprovado na seleção. Adicionalmente também será excluído do programa o aluno que, estiver fazendo monitoria no mesmo horário que deveria estar em sala de aula.

2.2. São Atribuições do Professor-Orientador:

I – Aplicar prova de seleção;

II – Orientar o Aluno-Monitor em suas atividades;

III – Avaliar seu desempenho;

IV – Fazer o cadastro da disciplina e dos monitores no SISPROJ novo;

V – Elaborar o Plano de Orientação e anexar no SISPROJ novo;

VI – Lançar a frequência mensal on-line do aluno-monitor e anexar formulário de frequência manual do aluno-monitor, tal lançamento ocorrerá todo dia 30 e poderá ocorrer até o dia 05 do mês subsequente, não sendo permitida a inserção de meses adiantados;

VII – Anexar em PDF, ao final da monitoria, **o Relatório Semestral do Aluno-Monitor e Avaliação Semestral do Aluno-Monitor pelo Professor-Orientador** no SISPROJ novo (documentos disponíveis no site da UEA no link <https://prograd.uea.edu.br/monitoria/>).

3. DAS VAGAS

Cada aluno poderá concorrer a apenas uma disciplina, irrevogável quando deferida lista de inscritos, e consequentemente a apenas uma vaga de monitor, cuja vigência será de 1 (um) semestre letivo. Não será permitido remanejo de aluno aprovado, porém não classificado, para disciplina diferente da qual efetuou inscrição.

4. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

4.1. Só poderá candidatar-se à monitoria aluno que:

a) Tenha cursado, com aprovação, no mínimo 01 (um) período letivo; no entanto, devido ao calendário acadêmico vigente, **alunos que estejam cursando uma dada disciplina poderão submeter-se à seleção para ela, e caso sejam aprovados na prova de monitoria, ficarão condicionados à sua aprovação na disciplina para efetivar sua participação neste programa.** Também estão sujeitos a todo conteúdo programado para a prova de monitoria estabelecido pela disciplina.

b) Tenha sido aprovado na disciplina, objeto da monitoria, ou em disciplina ou conjunto de disciplinas consideradas pela Coordenação do curso como correlatas, em que tenha obtido, em qualquer uma das hipóteses, média igual ou superior a 7,0 (sete).

c) Comprovar disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, ou seja, a disciplina de sua escolha deve acontecer fora do horário de aulas do candidato. Esta comprovação se dará mediante a apresentação de declaração específica a ser entregue após a seleção.

d) Se inscrever em apenas uma disciplina no processo regular e havendo um processo remanescente ao regular, **o mesmo não poderá efetuar uma nova inscrição.**

e) **É vedada a participação de alunos desistentes de edições anteriores do Programa de Monitoria.**

4.2. As inscrições deverão ser realizadas no período de 16/08/2023 até 18/08/2023, mediante o cumprimento das seguintes etapas:

a) Envio da documentação ao email da monitoria e preenchimento do formulário no link <https://forms.gle/Vqm7zhbnUy4BK1Ly9> para acessar o referido formulário, o aluno deverá fazer login no Gmail com o seu e-mail institucional, a saber: iniciais.curso@uea.edu.br.

O formulário estará disponível até às 23h59 do dia 18 de agosto de 2023.

b) Anexar o histórico acadêmico legível, atualizado e constando data de emissão no formulário online (exclusivamente em PDF, com o nome do arquivo com seu nome completo). **Serão aceitos históricos emitidos pelo aluno on-line.** Para os alunos candidatos que estiverem cursando a disciplina para qual irão concorrer, além de apresentar seu histórico nesta etapa, terão que obrigatoriamente apresentá-los posteriormente, conforme consta logo abaixo, no cronograma deste edital, a fim de comprovar aprovação na disciplina e assim torna-se apto para esta edição do programa.

PARÁGRAFO ÚNICO: O candidato que não souber seu e-mail institucional e senha deverá procurar o **CTIC** da unidade para saber como acessá-lo. O não cumprimento de um destes itens indeferirá a inscrição do candidato e em casos de documentação como declarações e afins o candidato deverá procurar a Secretaria Acadêmica da Unidade.

5. DO RESULTADO PARCIAL DAS INSCRIÇÕES

5.1. O resultado parcial das inscrições do Programa de Monitoria será divulgado Site da UEA, Secretaria Acadêmica e Coordenação do Curso na data que consta no Anexo I – Cronograma.

6. INSTÂNCIAS DE RECURSO DA INSCRIÇÃO

6.1. O recurso após resultado parcial das inscrições deferidas e indeferidas deverá ser enviado ao e-mail: **monitoria_ed@uea.edu.br**, por escrito, devidamente justificado e comprovador, devendo versar, estritamente, sobre o pedido do recurso até 24h após a divulgação do resultado.

7. DO RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

7.1 O resultado das inscrições do Programa de Monitoria será divulgado nas seguintes plataformas: Site da UEA, Coordenação do Curso de Direito e Mural da Secretaria Acadêmica da Unidade.

8. DAS PROVAS

8.1 O processo seletivo compreenderá uma prova escrita de múltipla escolha sobre o conteúdo da disciplina na qual o aluno se candidatou;

8.2 A modalidade das provas será divulgada após o término das inscrições;

8.3 As provas serão realizadas no dia **24 de agosto de 2023** no auditório da ED, no horário de 14h às 17h;

9.1 DO RESULTADO PARCIAL DAS PROVAS

9.1 O resultado parcial da Seleção de Monitoria será divulgado nas seguintes plataformas: Site da UEA e Secretaria Acadêmica da Unidade.

10. INSTÂNCIAS DE RECURSO DA PROVA

10.1 O recurso relacionado às questões da prova deverá ser encaminhado ao e-mail: **monitoria_ed@uea.edu.br**, formalizado e assinado devendo versar estritamente, sobre questões do mérito até 24h após divulgação do resultado

11. DO RESULTADO DAS PROVAS

11.1 Será divulgada no dia 28/08/2023 a classificação final dos candidatos.

12. DA ADESÃO AO PROGRAMA

12.1 O aluno aprovado e classificado na seleção de monitoria será cadastrado no SISPROJ em data prevista, no entanto, caso o aluno não disponha de tempo congruente ao horário da disciplina ou aluno que foi aprovado na seleção, mas que não foi aprovado na disciplina recém finalizada ou não enviou o histórico para comprovação de aprovação na disciplina, não terão sua efetivação no programa ou seja serão removidos do SISPROJ pela Coordenação Geral de Monitoria.

12.2. Os candidatos **APROVADOS** para o Programa de Monitoria deverão enviar ao seu respectivo professor-orientador os documentos descritos abaixo para a inserção no SISPROJ até o dia **15 de setembro 2023**:

• VOLUNTÁRIOS

a) Termo de Compromisso (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);

b) Plano de Orientação do Aluno-monitor e Professor-Orientador (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);

c) Cadastro de aluno e orientador (preencher e anexar em PDF documento que está disponível no SISPROJ NOVO e site da UEA).

d) Declaração de servir à Monitoria nas horas semanais.

12.3 Os candidatos classificados que estavam cursando a disciplina a qual concorreram devem enviar histórico atualizado com a aprovação na disciplina.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos para o Programa de Monitoria estão no link: <https://prograd.uea.edu.br/monitoria/>

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

O Programa de Monitoria 2023/2 inicia-se oficialmente no dia 16 de outubro de 2023 e encerra-se no dia 23 de fevereiro de 2024.

Ao término de cada período letivo, o orientador da monitoria/coordenador da disciplina deverá anexar no SISPROJ NOVO o Relatório Semestral (preenchido pelo aluno-monitor) e a Avaliação Final (preenchido pelo orientador da monitoria/coordenador da disciplina). O descumprimento deste item impedirá o aluno de disputar nova monitoria e de receber seu certificado.



O aluno-monitor fará jus o certificado por meio de solicitação à coordenação geral de monitoria via e-mail: **monitoria@uea.edu.br** se tiver a frequência mínima de 75% da carga horária total destinada à monitoria e avaliação favorável do orientador da monitoria/coordenador da disciplina.

O aluno-monitor dispensado pelo não cumprimento das normas do Programa de Monitoria não poderá se inscrever em novo processo de seleção.

Manaus, 14 de agosto de 2023

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque
Coordenador do Curso de Direito

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

ANEXO I

CRONOGRAMA

ORDEM	ATIVIDADE	DATA
1	Divulgação do Edital Monitoria 2023/2	16/08/2023
2	Período de inscrição via Google Forms	16/08/2023 a 18/08/2023
3	Divulgação do resultado final das inscrições deferidas	21/08/2023
	PROVA	24/08/2023
7	Divulgação do resultado parcial da prova	25/08/2023
8	Período para recurso da prova	26/08/2023
9	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA	28/08/2023
10	Preenchimento dos documentos de adesão e envio da documentação para monitoria_ed@uea.edu.br e upload dos documentos e cadastramento das disciplinas no SISPROJ NOVO (envio para o e-mail da monitoria é apenas para arquivo e a validação é apenas com o cadastro no SISPROJ).	15/09/2023
11	Início das atividades de monitoria	16/10/2023
12	Encerramento das atividades da monitoria	23/02/2024
13	Encaminhamento do Relatório e Avaliação Semestral das atividades do aluno-monitor	Após o término das atividades
14	Período de solicitação à PROGRAD de Certificado de Monitoria através do monitoria@uea.edu.br	Após a entrega dos relatórios e avaliações

ANEXO II

LISTA DE DISCIPLINAS

4º PERÍODO - GRADE 2023		
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS
		VOLUNTÁRIAS
ESO0438	Direitos Humanos	02

8º PERÍODO - GRADE 2015		
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS
		VOLUNTÁRIAS
ESO0770	Direito Agrário	02
ESO1015	Direito Tributário II	02
ESO0818	Direito Processual do Trabalho	02
ESO0817	Direito Empresarial II	02

10º PERÍODO - GRADE 2015		
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS
		VOLUNTÁRIAS
ESO1031	Direito Ambiental II	02
ESO1010	Direito da Criança e do Adolescente	02
ESO1027	Direito Processual Constitucional	02

ANEXO III

EMENTA DAS DISCIPLINAS

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0201	Ética Profissional	60	0	0	60	4.4.0	-
EMENTA							
Regras deontológicas fundamentais. A ética profissional e as carreiras jurídicas: o advogado, o juiz e o ministério público. Relação dos operadores do direito com a sociedade. A Ordem dos Advogados do Brasil. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. O Código de Ética e Disciplina. Código de ética da magistratura nacional. Ética e compliance. Análise prática de casos. Julgamento simulado do tribunal de ética e Disciplina da OAB.							
OBJETIVOS							
Formar profissionais com conhecimento e postura ética, capazes de preservar a dignidade humana, a liberdade, a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos de cidadania. Estudar os princípios éticos norteadores do comportamento dos profissionais do direito, sob o ponto de vista dos valores constitucionais e a realidade; analisar as punições a que estão sujeitos os profissionais do direito que transgridam as normas e comportamento ético-profissional; Ser capaz de expressar os conhecimentos adquiridos, através de atitudes e postura.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. 12. ^a ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LÔBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 14. ^a ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 14. ^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BRASIL. Estatuto da Advocacia e da OAB: lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, incluindo alterações da Lei n.º 14.365 de 2 de junho de 2022. SAAD-DINIZ, Eduardo. Ética negocial e compliance: entre a educação executiva e a interpretação judicial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. SOUZA, Marcus Seixas. Ética e inteligência artificial no poder judiciário: comentários à resolução No 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça. Civil Procedure Review, v. 13, n. 3, 2022.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0202	Introdução ao Estudo do Direito II	60	0	0	60	4.4.0	ED0101
EMENTA							
Teoria da norma jurídica. Teoria do ordenamento jurídico. Hermenêutica e argumentação jurídica. Metodologia e sistema do direito.							
OBJETIVOS							
Aprofundar o aprendizado na teoria do Direito dando ênfase a autores internacionais que são referência na ciência jurídica ocidental							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica, 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. _____. Teoria do ordenamento jurídico. 10.ed. Brasília: Editora UNB, 1999. KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado, 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ALEXY, Robert. Conceito e validade do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009. ENGLISH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2008. HART, Herbert. O Conceito de Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009. KELSEN, Hans. Teoria Geral das Normas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986. _____. Teoria Pura do Direito, 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.							

AMAZONAS

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0203	Direito Constitucional I	60	0	0	60	4.4.0	ED0107
EMENTA							
Teoria Geral dos Direitos Fundamentais: princípios, denominações, classificações, características, eficácia e aplicabilidade, hermenêutica. Os movimentos constitucionalistas. Os direitos fundamentais nas constituições brasileiras de 1824 a 1969. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988: Aspectos gerais. Direito à vida, direito à igualdade, direito à liberdade, direito à privacidade, direito à propriedade, direito à segurança, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos. Garantias individuais e coletivas na Constituição Federal de 1988: Garantias processuais e remédios constitucionais.							
OBJETIVOS							
OBJETIVO GERAL: Estudar a origem e a evolução político-constitucional dos direitos e garantias fundamentais, para compreender o alcance e o significado jurídico da conquista destes direitos e garantias, assegurados, atualmente, nas constituições.							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estudar os elementos da Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, buscando a compreensão do conceito desta categoria jurídica.							
Analisar a evolução da proteção de direitos e garantias fundamentais, a partir da sua característica de historicidade, na origem dos movimentos constitucionalistas e nas constituições brasileiras anteriores à Carta de 1.988.							
Examinar os fundamentos jurídicos da proteção dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal de 1.988, enfocando seu Título II.							
Avaliar a concretização e a realização das normas constitucionais de proteção dos direitos e garantias fundamentais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 10. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022.							
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 44. ed. S. Paulo: Malheiros: 2.022.							
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35. ed. S. Paulo: Malheiros, 2.020.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
LENZA, Pedro. Direito Constitucional: Esquematizado. 26. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022.							
CAMPANHOLE, Adriano. CAMPANHOLE, Helton Lobo. Constituições do Brasil. S. Paulo: Atlas, 1.999.							
CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2.017.							
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. Editora Atlas. 38ª ed. 2022.							
NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 18ª. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0204	Direito Civil I (até pj)	30	0	0	30	2.2.0	ED0101
EMENTA							
Introdução ao direito civil: história, codificação e constitucionalização. Relação jurídica. Pessoa Natural: personalidade jurídica, capacidade jurídica, nascimento, morte e ausência. Direitos da Personalidade. Pessoa jurídica. Entes despersonalizados. Associação e fundação.							
OBJETIVOS							
Geral: Introduzir os alunos no estudo da Teoria Geral do Direito Civil. Específicos: Contextualizar o passado e contemporaneidade no estudo do direito privado. Compreender as relações jurídicas e os sujeitos de direito. Desenvolver um conhecimento crítico sobre os direitos da personalidade.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
DE FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB. 21.^a ed., São Paulo: Juspodivm, 2023. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: parte geral. Vol. 1, 20.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2022. VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 22.^a ed., São Paulo: Atlas, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DA SILVA, Caio Mário Pereira. Instituições de Direito Civil: introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil. Vol. 1, 33.^a ed., São Paulo: Forense, 2020. GOMES, Orlando. Raízes históricas e sociológicas do Código Civil. LOBO, Paulo. Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 12.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2023. NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 14.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. WALD, Arnoldo; PAESANI, Liliana Minardi; CAVALCANTI, Ana Elizabeth L. W. Direito Civil: introdução e parte geral. Vol. 1, 14.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2015.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0205	Direito Internacional Público	60	0	0	60	4.4.0	ED0107
EMENTA							
Noções preliminares, princípios, formação histórica, fundamentos, validade, sujeitos, fontes, direito dos tratados, tratados de direitos humanos na Constituição Federal de 1988. O Estado como sujeito do direito internacional, responsabilidade internacional do Estado, direito das relações diplomáticas e consulares. O regime jurídico internacional do território do Estado e das áreas de domínio público internacional. As Organizações Internacionais. A solução pacífica de controvérsias e a guerra no Direito Internacional.							
OBJETIVOS							
OBJETIVO GERAL: Apresentar ao discente de graduação os fundamentos para o estudo do Direito Internacional contemporâneo.							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estudar o desenvolvimento histórico do Direito Internacional da Antiguidade aos dias atuais, visando compreender os seus fundamentos e as suas diversas dimensões de validade.							
Examinar as fontes do Direito Internacional, partido do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça acrescido das fontes contemporâneas que regulam a disciplina;							
Conhecer os atuais sujeitos do Direito Internacional, iniciando a análise pelo Estado.							
Examinar o Direito Diplomático e Consular com enfoque no Direito brasileiro.							
Refletir acerca das normas internacionais que regulamentam o território do Estado e o domínio público internacional.							
Conhecer o fenômeno das organizações internacionais, sua teoria geral e classificação, bem como estudar a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.							
Analisar os meios pacíficos de soluções de controvérsias internacionais e o regime jurídico da guerra no direito internacional contemporâneo.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
ACCIOLY, Hildebrando. NASCIMENTO E SILVA, G. E. do. CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2.019.							
BOSON, Gerson de Brito Mello. Direito Internacional Público: o Estado em direito das gentes. Belo Horizonte: Del Rey, 2.000.							
VARELLA, Marcelo D. Direito Internacional Público. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 2.003.							
História do Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 1.988.							
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direito dos Tratados. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.							
SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Manual das Organizações Internacionais. 6. ed. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2016.							
SICARI, Vincenzo Rocco. O Direito das Relações Diplomáticas. Belo Horizonte: Del Rey, 2.007. (Coleção Para Entender).							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0206	Psicologia Geral e Jurídica	30	0	0	30	2.2.0	-
EMENTA							
Introdução à psicologia geral. Abordagens psicológicas. Temas e variações. A psicologia e a lei, responsabilidade criminal, testemunha pericial, psicologia e direito civil, imperícia, psicologia infantil e a lei, ética e psicologia, perícias psicológicas, metodologias de trabalho nos casos de adoção, vitimização de crianças e adolescentes, práticas de delitos, separações judiciais e modificações de guarda de filhos, intervenções do psicólogo no sistema judiciário, penal e forense, estudo da personalidade e seus desvios, temperamento e caráter, conceito de saúde psicológica, causas da psicopatologia, oligofrenia: importância jurídica. Psicoses orgânicas e funcionais: importância jurídica. Psiconeuroses: conceitos e tipos. Psicopatias e suas implicações na esfera jurídica, incapacidade de entendimento e determinação, exame criminológico e de cessação de periculosidade.							
OBJETIVOS							
Instrumentalizar o aluno para que possa realizar uma crítica jurídico-psicológica em relação ao papel do direito e sua inserção social, na compreensão do comportamento humano e dos processos cognitivos, conscientes e inconscientes subjacentes a tais comportamentos. Possibilitar ao aluno, cientificamente, conhecer a psicologia geral e a prática da psicologia jurídica, enquanto ciência interdisciplinar, e sua aplicação junto aos órgãos da infância e da juventude (ECA), aos litígios ligados à parte geral do direito civil, ao direito de família, ao direito penal e processual penal.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
SERAFIM, Antonio de Pádua & SAFFI, Fabiana. Psicologia e práticas forenses. Barueri/SP: Manole, 2018. TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito. 9ª. Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2020. WEITEN. Wayne. Introdução à Psicologia: Temas e Variações. São Paulo: Pioneira-Thomson. 2016.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
FIORELLI, José Osmir. MANGANI, Cathya Ragazzoni. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2021. GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte (orgs.). Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2014. LOPEZ, Emilio Mira. Manual de Psicologia Jurídica. Campinas/SP: Servanda, 2015. MORRIS, Charles G. MAISTO Albert A. Introdução à Psicologia. 6ª edição. São Paulo: Pearson, 2014. MYERS, David G. Psicologia Social. Porto Alegre: AMGH, 2014.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0325	Direito Administrativo I	60	0	0	60	4.4.0	ESO0330
EMENTA							
Direito Administrativo. Evolução Histórica. Administração Pública. Regime Jurídico Administrativo. Princípios da Administração Pública. Estrutura da Administração Pública no Estado Brasileiro. Administração Direta. Administração Indireta. Administração Gerencial e o novo paradigma da administração pública gerencial. Poderes Administrativos.							
OBJETIVOS							
Compreender os fundamentos e os princípios gerais de Direito Administrativo, sob a perspectiva da Evolução Histórica da Administração Pública Direta e Indireta, com seus princípios básicos, com os poderes administrativos, bem como expor o novo paradigma da administração pública gerencial. Expor a Administração Pública Direta e Indireta e seus órgãos e entidades e os seus mecanismos de controle. Conhecer o Regime Jurídico Administrativo; Conceito; Distinção entre princípios e regras; Princípios constitucionais explícitos reconhecidos da Administração. Descrever sobre Poderes Administrativos; Conceito; Os poderes e deveres do administrador público e os limites de seu exercício (insuficiência e o abuso de poder) e a exigência da proporcionalidade.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas.2015. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas. 2015. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 19ª ed. São Paulo: RT.2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 32ª ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2015. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 41ª ed. São Paulo: Malheiros. 2015. MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense.2014.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0436	Direito Civil II (Obrigações)	60	0	0	60	4.4.0	ESO0349
EMENTA							
Direito das Obrigações: Origens e transformações. Conceito. Requisitos. Relações obrigacionais. Função e estrutura. Fontes obrigacionais. Obrigações civis e naturais. Modalidade das obrigações: Obrigações de dar, fazer, não fazer, solidárias, indivisíveis e alternativas. Elementos. Transmissão das obrigações. Adimplemento e inadimplemento das obrigações. Cláusulas de garantia, de limitação e de exclusão da responsabilidade. Cláusula Penal. Arras. Extinção das obrigações.							
OBJETIVOS							
Situar o aluno num contexto de obrigações dentro de uma sociedade e compreender os diversos tipos de relações obrigacionais.							
Estabelecer a gênese das obrigações, suas modalidades e consequências;							
Desenvolver habilidades essenciais para uma verdadeira formação profissional do Bacharel em Direito.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Obrigações. Vol. 2. 9.ª Ed. São Paulo: Atlas. 2015.							
GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Civil. Teoria Geral das Obrigações. Vol. 2. 12.ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.							
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. Vol. II. São Paulo: Atlas. 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. Vol. 2. 30ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2015.							
GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Obrigações. Vol. 2. 16.ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2015.							
WALD, Arnoldo. Direito Civil – Direito das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. vol. 2. 21ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CH T	CH P	CHE S	TH C		
ESO0437	Direito Constitucional III	60	0	0	60	4.4.0	ESO0435
EMENTA							
Organização dos Poderes (cont.): Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Sistema Constitucional Tributário e Orçamento: visão geral. Ordem Econômica e Financeira: visão geral. Ordem Social: Seguridade Social; Educação, cultura e Desporto; Ciência e Tecnologia; Comunicação Social; meio Ambiente; Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso; Índios.							
OBJETIVOS							
Estudar os Títulos V a VIII do texto constitucional, propiciando o domínio pelo aluno das Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Visão geral do Sistema Constitucional Tributário e Orçamentário; Visão geral da Ordem Econômica e Financeira e da Ordem Social. Interpretar criticamente as normas constitucionais referentes às temáticas dos Títulos em estudo. Analisar, a partir do texto constitucional, as Funções Essenciais à Justiça, a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Conhecer, através de uma visão geral, o Sistema Constitucional Tributário e Orçamentário, a Ordem Econômica, Financeira e Social. Examinar a aplicação dos dispositivos constitucionais em apreço através da leitura da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinente à temática abrangida. Conhecer as alterações introduzidas no texto constitucional pelas Emendas Constitucionais mais recentes.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 29ª ed. São Paulo: Editora Malheiros. 2014. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 39ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37ª ed. São Paulo: Editora Malheiros. 2014.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
CAMPANHOLE, Adriano. CAMPANHOLE, Helton Lobo. Constituições do Brasil. S. Paulo: Atlas, 1999. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2004. CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição. Direito Constitucional Positivo. 13. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0640	Direito Processual Civil I	60	0	0	60	4.4.0	ESO354
EMENTA							
Normas Processuais Cíveis. Normas Fundamentais Jurisdição e Ação; Competência Interna e Cooperação Nacional; Partes e Procuradores. Capacidade Processual. Deveres das Partes e Procuradores; Litisconsórcio; Intervenção de Terceiros; Juiz e Auxiliares da Justiça; Poderes e Deveres; Auxiliares da Justiça; Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública. Dos Atos Processuais; Formação, Suspensão e Extinção do Processo; Processo e Procedimento; Tutela Provisória. Tutela de Urgência. Tutela de Evidência.							
OBJETIVOS							
Desenvolver o Estudo da fase de cumprimento de sentença e execução em geral, de acordo com as Disposições do Novo Código de Processo Civil Lei n. 13.105, de 16/03/2015. Sistematizar o processo de forma complexa, especialmente a partir dos princípios e normas fundamentais, entendidos aqui não como recursos supletivos da ausência de lei, mas como fundamentação do direito. Entender a sistemática do novo Código de processo Civil para os institutos mencionados, juntamente com as novas tendências do processo civil brasileiro, desenvolvendo um raciocínio crítico sobre a vinculação essencial entre o processo e a própria essência do direito, não só a partir do estudo de textos legais, mas mesmo a partir da prática, estudo da jurisprudência, obras literárias correlatas.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
Códigos de Processo Civil Comparados 2015 e 1973.1ª ed. São Paulo: Saraiva: 2015. BUENO. Cássio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva. 2015. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 17ª ed. Vol. I. Salvador: Juspodivm. 2015. NERY JUNIOR. Nelson. NERY. Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. Novo CPC – Lei 13.105/2015. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10ªed.Vol. II. Salvador: Juspodivm. 2015. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10ªed.Vol. III. Salvador: Juspodivm. 2015. NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor. 33ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva. 2014. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2014. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. DIDIER JR, Fredie. TALAMINI, Eduardo. Breves Comentários ao Código de Processo Civil de 2015, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0545	Direito Penal II	60	0	0	60	4.4.0	ESO0445
EMENTA							
Teoria da Sanção Penal. Das Penas. Do Concurso de Crimes. Do Livramento Condicional e da Suspensão Condicional da Pena e do Processo Penal. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal. Das Causas Extintivas da Punibilidade.							
OBJETIVOS							
Habilitar o estudante para aplicação dos conceitos à práxis, bem como proporcionar embasamento teórico que o insira no contexto científico, pois será o estudante capaz de questionar a função da pena e do direito penal no Estado Democrático de Direito, bem como fazer uma análise comparativa com outras culturas.							
Abordar os aspectos da sanção enquanto conduta devida em caso da ocorrência criminosa, os efeitos secundários da condenação, a medida de segurança e sua natureza diversa da sanção criminal; Analisar os institutos do livramento condicional, do sursis e da suspensão condicional do processo e as causas extintivas da punibilidade.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal – Parte Geral. Vol I, II, III e IV, São Paulo: Atlas, 2014.							
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Ed. Revista dos Tribunais. 2014.							
TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de Direito Penal. São Paulo, ed. Saraiva. 2013.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. S São Paulo, Ed. Rideel, 2003.							
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. A história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2013.							
ZAFFARONI, Eugênio Raúl. Em Busca das Penas Perdidas. Rio de Janeiro, ed. Revan. 2011.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0438	Direitos Humanos	30	0	0	30	2.2.0	ESO0352
EMENTA							
Direitos Humanos. Evolução Histórica. O Estado e a Proteção dos Direitos Humanos. A Internacionalização da Proteção dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pactos das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.							
OBJETIVOS							
Estudar os mecanismos de proteção dos direitos no plano do direito internacional, visando fortalecer as bases de uma cultura jurídica voltada para o respeito e a garantia dos direitos humanos.							
Compreender o Direito Internacional contemporâneo à luz da vertente de sua humanização.							
Conhecer os instrumentos de proteção internacional de direitos humanos e os mecanismos internacionais de implementação destes instrumentos.							
Examinar os sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos, com ênfase no estudo do sistema interamericano.							
Analisar a jurisprudência acerca da temática da proteção dos direitos humanos, enfatizando o estudo de casos contenciosos, medidas provisórias e opiniões consultivas emitidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação dos Direitos humanos. 4. ^a ed. São Paulo: Saraiva, 2005. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2006. RAMOS, André de Carvalho. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem internacional. 3. ^a ed. São Paulo: Saraiva. 2013. TRINDADE, A. A. Cançado. Tratado de direito internacional de direitos humanos. vols.1-3. Porto Alegre: Sérgio Fabris:1997.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BIELEFELDT, Heiner. Filosofia dos Direitos Humanos. São Leopoldo: Unisinos, 2000. TRINDADE, A. A. Cançado. A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. TRINDADE, A. A. Cançado (org.). A integração das normas de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro. S. José da Costa Rica/Brasília: II DF/Cruz Vermelha/PNUR/Comissão da União Europeia, 1996. TRINDADE, A. A. Cançado. A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil. 2 ^a ed. Brasília:Edições Humanidades/UnB, 2000.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0667	Direito Civil IV (Responsabilidade Civil)	30	0	0	30	2.2.0	ESO0563
EMENTA							
Noções gerais. Evolução histórica. Responsabilidade Aquiliana e Contratual. Responsabilidade Subjetiva. Dano. Culpa. Nexo de causalidade. Excludentes da responsabilidade civil. Responsabilidade civil por fato de terceiro. Responsabilidade civil por fato das coisas. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado. Responsabilidade Profissional. Responsabilidade por fato ilícito. Teoria da transparência. Responsabilidade objetiva. A teoria do risco. Responsabilidade Civil na Relação de Consumo. Responsabilidade civil do Estado. Atos administrativos, judiciais e legislativos. Liquidação do dano e ação de indenização. Ônus da prova. Dano patrimonial e dano moral. Sujeito ativo e sujeito passivo da responsabilidade civil. Solidariedade ativa. Transmissibilidade de ação. Solidariedade passiva. Transmissibilidade da obrigação de indenizar. Direito de regresso. Efeitos da decisão criminal sobre a ação indenizatória no juízo cível. Garantias da indenização.							
OBJETIVOS							
Conhecer e aplicar a teoria da responsabilidade civil, extracontratual e contratual civil e dos direitos decorrentes de danos. Construir uma visão mais atual, mais complexa da responsabilidade civil; Desenvolver o conhecimento das teorias que fundamentam o dever de indenizar e de como aplicá-las ao caso concreto; Integrar a teoria da Responsabilidade Civil à prática de sua efetivação.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil Vol. 3. 2.ª Ed. São Paulo: Atlas. 2015. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Volume 4. 10ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Responsabilidade Civil. Volume IV. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil - Vol. 3. Ed. Juspodivm. 2014. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil - Vol. 3 - 13ª Ed. Saraiva. 2015. STOCO. Rui. Tratado de Responsabilidade Civil - 9ª Ed. Editora RT. 2013.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0630	Direito do Trabalho I	60	0	0	60	4.4.0	ESO0563
EMENTA							
Histórico do trabalho humano. História internacional e Nacional do Direito do Trabalho. Direito Internacional do Trabalho. Teoria Geral do Direito do Trabalho: denominação, autonomia, interpretação, princípios, fontes, hierarquia e aplicação do direito do trabalho. Regras imperativas e flexibilização. Renúncia e transação no direito do trabalho. O trabalho humano, seus vários formatos e a tutela legal. O trabalho humano e a Constituição da República Federativa do Brasil. Prescrição e Decadência no direito do trabalho.							
OBJETIVOS							
Apresentar aos alunos a ideia do Direito do Trabalho, a partir de um enfoque histórico do trabalho para, em seguida, ensinar a apreciação histórica do próprio Direito do Trabalho, em termos gerais e especificamente em relação ao Estado Brasileiro. Projetar o Direito do Trabalho como fenômeno decisório no contexto sócio-laboral, destacando-o, de um lado, como instrumento de promoção de equilíbrio entre as forças do capital e do trabalho e, do outro, como um conjunto de normas disciplinadoras da relação jurídica do trabalho. Apresentar uma abordagem histórica do trabalho como elemento determinante da criação jurídica. Ensinar uma visão do Direito do Trabalho na experiência do Estado Brasileiro, seguindo-se pesquisa e análise do projeto nacional positivista de incorporação do proletariado na condição de trabalhador. Ensinar o estudo do problema onomástico da disciplina, dos princípios e natureza sócio-jurídica do Direito do Trabalho. Promover o estudo do sistema jurisdicional-trabalhista. Estudar o papel do Direito do Trabalho em referência ao trabalho assalariado. Debater com os alunos as novas formas de trabalho na sociedade brasileira e amazonense. Analisar as bases de reorganização/flexibilização do mercado do trabalho. Levar os alunos ao estudo compartilhado da globalização e integração.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2015. FELICIANO, Guilherme Guimarães. Curso Crítico de Direito do Trabalho: Teoria Geral do Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito contemporâneo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2011.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Direito do Trabalho e pós-modernidade: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTr, 2005. JORGE NETO, Francisco Ferreira. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2014. SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Delio; VIANNA, Segadas. Instituições de Direito do Trabalho. Vol. I e II. São Paulo, LTr, 2010.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0668	Direito Penal IV	60	0	0	60	4.4.0	ESO0565
EMENTA							
Crimes Hediondos. Lei de Transplante de órgãos. Lei de Drogas. Tortura. Arma de Fogo. contravenções penais. Crime de trânsito. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Lei Maria da Penha.							
OBJETIVOS							
Proporcionar ao estudante a compreensão da estrutura do sistema penal brasileiro e uma visão criticadas modernas tendências da ciência penal, para possibilitar que o mesmo se posicione como intérprete e aplicador do direito e como agente transformador da realidade.							
Introduzir o estudante à ciência do direito penal, e seus principais conceitos, dando-lhe condições para fazer uma análise crítica do sistema penal pátrio, bem como compará-lo a outros sistemas periféricos e centrais.							
Capacitar o estudante ao estudo do direito legislado, onde serão abordados todos os princípios basilares da parte especial do Direito Penal brasileiro posto (legislado).							
Abordar a legislação Especial que envolve todo o contexto penal na literatura e prática dos tribunais brasileiros.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CAPEZ. Fernando. Curso de Direito Penal - Parte Especial - Vol. 2. 14ª ed. São Paulo: Saraiva. 2014. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Legislação Penal Especial, São Paulo. 11º ed. São Paulo: Saraiva. 2014.							
JESUS. Damásio de. Direito Penal Vol. 3 - Parte Especial. 23ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Especial. 21.ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.							
CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal. 3ª ed. Salvador: Juspodivm. 2015.							
ESTEFAM, André. Direito Penal. Parte Especial. São Paulo. Ed. Saraiva. 2015.							
NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. Rev. Atual. E ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0669	Direito Processual Civil III	60	0	0	60	4.4.0	ESO0730
EMENTA							
Recursos. Disposições Gerais. Recursos em Espécie; Processo nos Tribunais. Ordem dos Processos e Competência Originária; Incidente de Assunção de Competência. Conflito de Competência; Ação Rescisória; Arguição de Inconstitucionalidade.							
OBJETIVOS							
Desenvolver o Estudo da fase recursal e do julgamento dos processos nos tribunais, de acordo com as Disposições do Novo Código de Processo Civil Lei n. 13.105, de 16/03/2015.							
Desvendar as formas de impugnação das decisões judiciais, primeiro analisando os recursos em suas disposições gerais bem como os recursos em espécie, pela sistemática do novo Código.							
Realizar o estudo e compreensão da sessão do código relativa ao processo nos tribunais, especialmente da ordem dos processos e competência originária, além do estudo dos institutos jurídicos de incidente de assunção e conflito de competência, da ação rescisória e arguição de inconstitucionalidade.							
Entender a sistemática do novo Código de processo Civil para os institutos mencionados, juntamente com as novas tendências do processo civil brasileiro.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
Códigos de Processo Civil Comparados 2015 e 1973. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva: 2015. Revistas dos Tribunais. BUENO. Cássio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva. 2015. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual civil. 17 ed. Vol. I. Salvador: Juspodivm. 2015. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual civil. 10 ed. Vol. II. Salvador: Juspodivm. 2015. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual civil. 10 ed. Vol. III. Salvador: Juspodivm. 2015. NERY JUNIOR. Nelson. NERY. Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. Novo CPC – Lei 13.105/2015. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor. 33. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2014. WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. DIDIER JR, Fredie. TALAMINI, Eduardo. Breves Comentários ao Código de Processo Civil de 2015, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0525	Direito Administrativo III	60	0	0	60	4.4.0	ESO0425
EMENTA							
Licitação: Conceito. Princípios. Obrigatoriedade. Modalidades. Tipos. Modos de execução. Dispensa e inexigibilidade. Anulação e revogação. Recursos administrativos concernentes a licitação; Contrato Administrativo: Conceito e características. Teoria Geral do Contrato Administrativo. Princípio da Supremacia do Interesse Público. Princípio do Equilíbrio econômico-financeiro. Execução do contrato administrativo. Cláusulas necessárias e exorbitantes. Aplicabilidade da teoria da imprevisão. Extinção. Noções básicas sobre convênios administrativos.							
OBJETIVOS							
Compreender os diversos aspectos de aplicação dos princípios e normas relativos à licitação e aos contratos administrativos.							
Discorrer sobre o significado de uma licitação e do contrato administrativo e suas modalidades dentro de uma perspectiva constitucional de sua obrigatoriedade de realização.							
Expor o contrato administrativo e suas peculiaridades, desde sua celebração, passando por sua execução até sua conclusão. Analisar suas fases dentro do processo legislativo.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Congresso Nacional. Brasília. 1988.							
JUSTEN FILHO. Marçal. Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos. 16.ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.							
FERNANDES. Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 1.ª Ed. São Paulo: Forum. 2013.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
FRANÇA. Maria Adelaide de Campos. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. 7.ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.							
FURTADO. Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 5.ª Ed. São Paulo: Forum. 2013.							
JUSTEN FILHO. Marçal. Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. 6.ª Ed. São Paulo: Dialética. 2013.							
ALTOUNIAN. Cláudio Sarian. Obras Públicas – Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização. 4.ª Ed. São Paulo: Forum. 2014.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0815	Direito Processual Penal III	60	0	0	60	4.4.0	ESO0725
EMENTA							
Questões e Processos Incidentes. Exceções, Medidas assecuratórias. Prova. Processos em Espécie. Sujeitos da relação processual Nulidades, Sentença Penal Atos processuais. Citações e Intimações. Prisão Cautelar e liberdade provisória. Recursos. Recursos em espécie. Ações autônomas de impugnação: <i>Habeas corpus</i> . Mandado de Segurança e revisão Criminal.							
OBJETIVOS							
Compreender os fundamentos e os princípios gerais do Direito Processual Penal, suas fontes, sua aplicação e interpretação.							
Desenvolver no aluno uma posição crítica sobre os pontos desenvolvidos.							
Proporcionar ao aluno a relação entre a teoria e a prática através da interpretação dogmática e jurisprudencial dos temas desenvolvidos.							
Instar o acadêmico a interpretar textos legais, doutrinários e jurisprudenciais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
LOPES Jr. Aury. Direito Processual Penal. 11ª Ed.. São Paulo, Saraiva, 2015.							
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo e Execução Penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.							
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. Vol. 1 e 2. São Paulo; Saraiva, 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 6ª ed. Ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2013.							
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal. 22ª ed. São Paulo: Atlas. 2014.							
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. Belo Horizonte: Lumen Juris, 2015.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0670	Prática Simulada	30	30	0	60	3.2.1	ESO0354
EMENTA							
Linguagem Forense. Redação Jurídica e Oficial. Procedimento administrativo. Elaboração de Contratos Cíveis e Empresariais. Elaboração de Instrumento de Procuração e Substabelecimento, Petição inicial, Contestação, Réplica e Recursos Judiciais. Elaboração de Comunicações Oficiais. Visita Técnica aos Tribunais e delegacias. Noções sobre o Exercício Profissional dos Diversos Operadores do Direito. Remédios Constitucionais.							
OBJETIVOS							
Introduzir o aluno na prática forense ensinando-o a elaborar contratos, instrumentos de procuração e substabelecimento, petições, contestação, réplica, recursos e comunicações oficiais.							
Proporcionar ao discente um conhecimento teórico consistente, capacitação e competência para a aplicação do direito aos problemas hodiernos da vida em sociedade e dinamização relacionada ao tempo para resolução dos conflitos sujeitos à apreciação do judiciário.							
Contribuir para a formação de um futuro profissional cidadão, atuante na sociedade, através de pesquisas bibliográficas e observacionais. Discutir a teoria diante da prática executada no Brasil e promover questionamentos.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo Civil: cabimento/ações diversas, competência, procedimentos, petições; modelos. 11.ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.							
CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense: processo civil. São Paulo: Saraiva, 2013.							
MARINONI, Luiz Guilherme, Técnica Processual e Tutela Dos Direitos. 4ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.							
BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR. Marco Antonio; SABBAG, Eduardo de Moraes, Manual de Redação Jurídica e Língua Portuguesa Para A OAB - Vol. 8 - 4ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
CAMPESTRINI, Hildebrand; FLORENSE, Ruy Celso Barbosa. Como redigir petição inicial. 2.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.							
GUILAUMON, Talita Hae Sun Brandini Park; PARK. Thais Hae, Dicionário Jurídico. Edição Comemorativa. 4ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.							
PARIZATTO, João Roberto. Manual de Prática do Advogado - 10ª ed, São Paulo: Saraiva. 2014.							
CAMARA, Alexandre Freitas, Manual do Mandado de Segurança. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2014.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0816	Direito Civil VI (Família)	60	0	0	60	4.4.0	ESO0667
EMENTA							
Noções introdutórias. Família. Casamento e sociedade conjugal. Habilitação para o casamento; impedimentos matrimoniais. Celebração do casamento. Casamento nulo, anulável e inexistente. Casamento putativo. Efeitos jurídicos do casamento. Direitos e deveres dos cônjuges. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal. Bem de família. Direito parental. Relações de parentesco. Filiação. Paternidade presumida. Alimentos. Direito Protetivo. Lei n.º 11.340/2006.							
OBJETIVOS							
Conhecimento e aplicação do direito de família. Apresentar as bases normativas do Direito de Família brasileiro. Estudar os institutos do Direito de Família, as formas de constituição das famílias, seus efeitos jurídicos e sua dissolução, a filiação, as relações de parentesco e os alimentos. Enfrentar os novos temas do Direito de Família.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
FARIAS. Cristiano Chaves de. ROSENVALD. Nelson. Curso de Direito Civil: Famílias. Vol. 6. 7.ª Ed. São Paulo: Atlas. 2015. GAGLIANO. Pablo. Stolze. PAMPLONA FILHO. Pablo. Novo Curso de Direito Civil – Direito de Família, as famílias em perspectiva constitucional. Vol. 6. 5.ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. Vol. VI São Paulo: Saraiva, 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de Direito Civil. Direito de Família e Sucessões. Vol. 5. 8.ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015. DIAS, Maria Berenice. Manual do Direito das Famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. VENOSA, Sílvio de Sávio. Direito Civil: Direito de Família. Vol. VI. 15.ª ed. São Paulo: Atlas. 2015.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0817	Direito Empresarial II	60	0	0	60	4.4.0	ESO0535
EMENTA							
Teoria geral dos contratos empresariais; Obrigações e Contratos Mercantis. Contratos Economicamente Autônomos. Contratos de Intermediação. Compra e venda empresarial; Contratos de Garantia; alienação fiduciária; <i>leasing</i> contratos de colaboração; contratos bancários; contratos intelectuais; contratos de seguro. Outros contratos. Contratos de Mercado de Capitais. Bolsa de Valores. Bolsa de Mercadorias. Contratos civis e contratos comerciais. Teoria geral do título de crédito. Institutos cambiários: emissão, aceite, endosso, protesto, aval. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Cédula de Crédito Bancário. Conhecimento de depósito e conhecimento de transporte. Títulos de Crédito Industrial e Rural. O Serviço de Proteção ao Crédito no Amazonas.							
OBJETIVOS							
Trabalhar os conceitos em obrigações, contratos e títulos empresariais, a fim de que o aluno dedireito saiba interpretar a legislação e os institutos jurídicos vinculados às relações jurídicas contratuais e a natureza jurídica que disciplina a correlação entre os direitos de crédito e os deveres da obrigação creditícia. Conciliar a teoria geral dos contratos aos contratos do regime jurídico empresarial. Trabalhar os institutos, requisitos de validade e demais circunstâncias jurídicas dos contratos empresariais em espécie.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
FORGIONI, Paula. Teoria Geral dos Contratos Empresariais. 2ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial – Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva. 2015. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado. 5ª ed. São Paulo: Método. 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ROSSIGNOLI, Estefânia. Direito Empresarial. Salvador: Editora Juspodivm, 2012. SHARP JUNIOR, Ronald. Direito Comercial e de Empresa Sistematizado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. GOMES, Fábio Belote. Manual de Direito Empresarial. 3ª Ed. São Paulo: RT, 2014.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0813	Direito Financeiro e Orçamentário	30	0	0	30	2.2.0	ESO0325
EMENTA							
Direito Econômico: conceitos básicos; relação entre a Economia e o Direito Financeiro; sistemas ou modelos econômicos; fundamentos e objetivos da ordem econômica na Constituição de 1988. Direito Financeiro: conceitos fundamentais; atividade financeira do Estado: intervenção estatal na economia; princípios constitucionais de índole financeira: estrita legalidade, anualidade, universalidade, unidade. Relação do Direito Financeiro com o Direito Tributário: o fenômeno do tributo e suas fontes, repartição constitucional das receitas tributárias. Teoria Jurídica do Direito Financeiro: Despesas Públicas; Receitas Públicas; Orçamento Público: legislação orçamentária, compreensão acerca da construção e execução do orçamento público. Estudo aplicado da Lei 4.320/64 e da Lei Complementar 101/2001 ao Direito Financeiro e Orçamentário. Órgãos de controle e fiscalização dos atos dos gestores no que tange às finanças e orçamento públicos.							
OBJETIVOS							
Estudar a atividade financeira do Estado e suas nuances legais e doutrinárias, à luz dos sistemas econômico, administrativo, financeiro, orçamentário e tributário nacionais.							
Conhecer os fundamentos e objetivos constitucionais da ordem econômica brasileira, relacionando-os com o direito Financeiro.							
Propiciar o entendimento do sistema financeiro pátrio, explicitando a natureza jurídica da receita e da despesa pública, sua formação e finalidade.							
Compreender a relação do Direito Financeiro com o Direito Tributário, tendo em vista o fenômeno do tributo e suas fontes e a repartição constitucional das receitas tributárias.							
Abordar as regras, princípios e procedimentos que permeiam orçamento público.							
Conhecer os órgãos de controle e fiscalização dos atos dos gestores no que tange à aplicação das finanças públicas e a execução do orçamento público.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. Edição Revista dos Tribunais. 2010.							
GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.							
HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 5ª ed. São Paulo: RT. 2013.							
RAMOS FILHO, Carlos Roberto de Moraes. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: Saraiva. 2012.							
TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário. Vol. I: os direitos humanos e a tributação. 19ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0913	Direito do Consumidor	30	0	0	30	2.2.0	ESO0436
EMENTA							
Direitos Básicos do Consumidor. Política Nacional de Defesa do Consumidor. Princípios aplicáveis. Conceito jurídico de hipossuficiência. Relação jurídica consumerista. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções administrativas e infrações penais. Defesa do Consumidor em Juízo.							
OBJETIVOS							
Conhecimento do Direito do Consumidor, bem como sua aplicação prática. Permitir que o aluno aprenda os contornos com direitos coletivos. Capacitá-lo a utilizar os instrumentos de defesa do consumidor. Apontar os problemas mais correntes no Direito do Consumidor com a utilização de jurisprudência atualizada.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
RIZZATTO, Nunes. Curso de Direito do Consumidor. 9ª ed. São Paulo: Saraiva. 2014. BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Manual de Direito do Consumidor - À luz da jurisprudência do STJ - 10ª ed. Salvador: Editora Juspodivm. 2015. TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor. 4ª Ed. Editora: Método. São Paulo. 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
GOMES, Marcelo Kokke. Responsabilidade civil: dano e defesa do consumidor. Belo Horizonte: DelRey, 2011. KHOURI, Paulo R. Roque . Direito do Consumidor - Contratos, Responsabilidade Civil e Defesa do Consumidor. 2ª Ed. São Paulo: Atlas. 2013. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Direitos do Consumidor - 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0770	Direito Agrário	30	0	0	30	2.2.0	ESO0667
EMENTA							
Conceito e princípios de direito agrário. A reforma agrária no contexto jurídico constitucional brasileiro. Função social da propriedade. Direito agrário brasileiro. Estatuto da Terra. Conceito de imóvel rural. Módulo Rural. Latifúndio. Empresa rural. Minifúndio. Tributação da terra. Judiciário e direito agrário. Ações agrárias no Código de Processo Civil. Análise jurisprudencial. Formas de contrato. Arrendamento rural. Parceria rural. Cooperativas. Desenvolvimento rural. Movimentos Sociais e reforma agrária. Terras Públicas e Meio Ambiente. Grilagem de terras.							
OBJETIVOS							
Disponibilizar aos alunos subsídios teóricos, doutrinários e práticos, a fim de capacitá-los para entender o direito agrário e as relações sociais com as quais interage (contexto). Trabalhar os institutos fundamentais do Direito Agrário e a questão da reforma agrária no Brasil. Trabalhar a análise do judiciário e do direito agrário, bem como as modalidades de contratos rurais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CASSETTARI, Christiano. Direito Agrário. São Paulo: Atlas. 2014. OPITIZ, Oswaldo e Silvia C. B. Curso Completo de Direito Agrário - 9ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015. TRENTINI, Flavia. Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2014.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
LARANJEIRA, Raymundo. Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: Ed. LTr. 2000. MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. 11.ª ed. São Paulo: Atlas. 2014. BARROS, Wellington Pacheco. Curso de direito agrário. 6.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO1015	Direito Tributário II	60	0	0	60	4.4.0	ESO0925
EMENTA							
O antecedente normativo da regra matriz de incidência tributária. O consequente normativo da regra matriz de incidência tributária. Crédito tributário e lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção da obrigação tributária. Exclusão do crédito tributário. Interpretação e integração da lei tributária. Vigência e aplicação da lei tributária. Infrações em matéria tributária. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração Tributária.							
OBJETIVOS							
Incentivar o debate e a visão crítica dos temas objeto de estudo, enfatizando, neste segundo módulo, o estudo da Lei tributária, em especial: a obrigação tributária, pela perspectiva de sua regra matriz e respectivos antecedente e consequente, a importância do lançamento tributário, bem como o exame de sua natureza; o estudo do crédito tributário, hipóteses de suspensão e extinção do crédito tributário; por fim, temas de interpretação e aplicação da lei tributária, inclusive, as questões relacionadas à sua validade, vigência e eficácia; as infrações tributárias e, por último, as garantias e privilégios do crédito tributário. Propiciar o entendimento da estrutura normativa da lei legislação tributária. Fixar a compreensão do fato gerador da obrigação tributária, especialmente pela perspectiva da regramatriz de incidência. Analisar o fenômeno da incidência tributária, o surgimento da obrigação tributária, do crédito tributário, sua extinção e suspensão de sua exigibilidade. Propiciar pressupostos metodológicos e conceituais básicos para a interpretação e aplicação da lei e da legislação tributária, inclusive no tocante à sua validade, vigência e eficácia. Introduzir noções elementares acerca das infrações ao direito tributário e sobre as garantias e privilégios do crédito tributário.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 26ª Edição São Paulo: Saraiva. 2014. SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva. 2015. TORRES. Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 19.ª ed. Rio de Janeiro: Renovar.2013.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquemático, Editora Método. Edição 8ª, 2014. SABBAG, Eduardo de Moraes. Elementos do Direito: Direito Tributário. São Paulo: Premier Máxima,2013. ALEXANDRINO, Marcelo e, PAULO, Vicente. Direito Tributário na Constituição e no STF. Rio de Janeiro, Impetus, 2010.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0818	Direito Processual do Trabalho	60	0	0	60	4.4.0	ESO0720
EMENTA							
Jurisdição, ação e procedimento trabalhista. Organização e competência da Justiça do Trabalho; Atos, partes e procuradores; Procedimentos nos dissídios individuais e coletivos; Sentença, recurso e execução. A influência do direito processual comum. Medidas de urgência, cautelares e especiais.							
OBJETIVOS							
Examinar as fases processuais para a realização dos direitos trabalhistas individuais e coletivos. Examinar a organização e a competência da Justiça do Trabalho, bem como a prática dos atos processuais durante as fases de conciliação, instrução, julgamento e recursal. Examinar o direito processual aplicável às questões coletivas.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CAIRO JR, José. Curso de Direito Processual do Trabalho. Salvador: JusPodivm, 2015. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Editora LTr, 2012. CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
MALTA, Christovão Piragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo: Editora LTR, 2012. SARAIVA, Renato. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Método, 2015. SHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr, 2015.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO1010	Direito da Criança e do Adolescente	30	0	0	30	2.2.0	ESO0816
EMENTA							
Histórico da proteção da infanto-juvenil. A criança e o adolescente na Constituição Federal e na legislação civil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Poder Familiar. Família Substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Garantias processuais. Prática de ato infracional. Medidas de proteção. Medidas socioeducativas. Medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis. Erradicação do trabalho infantil. Conselhos de Direitos. Fundo da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar. Justiça da Criança e Juventude. Ministério Público no E.C.A.							
OBJETIVOS							
Apresentar didaticamente a distinção entre criança e adolescente e seus direitos fundamentais. Levar ao discente uma visão conjunta das normas disciplinadoras do direito infanto-juvenil, da guarda, da tutela e da adoção em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil. Estudar a criança e o adolescente como sujeitos de direito. Proporcionar aos discentes uma abordagem da situação dos menores infratores, as medidas socioeducativas, o trabalho do menor, a sua erradicação e as medidas preventivas possíveis. Apresentar o trabalho do Conselho Tutelar e da justiça da infância e da juventude.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente teoria e prática. São Paulo: Ed. Premier Máxima. 2010. DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara e OLIVEIRA, Thales Cezar de. Estatuto da Criança e do Adolescente. Série Leituras Jurídicas. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da Criança e do Adolescente - Aspectos Teóricos e Práticos. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2015							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
CURY, Munir (Coord.) Estatuto da Criança e do Adolescente. Revista e Atualizada. São Paulo: Malheiros. 2010. ELIAS, Roberto João. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2014. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Famílias. Vol. 6. 7.ª Ed. São Paulo: Atlas. 2015.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO01027	Direito Processual Constitucional	60	0	0	60	4.4.0	ESO0354
EMENTA							
Princípios constitucionais do processo: devido processo legal; ampla defesa; contraditório; duplo grau de jurisdição; acesso à justiça; efetividade da justiça; garantias processuais penais específicas. Ações constitucionais: mandado de segurança, habeas data, habeas corpus, mandado de injunção, ação civil pública; ação popular. Controle de constitucionalidade. Controle difuso. Controle concentrado. Ações do controle da constitucionalidade. Eficácia e efeitos das decisões em controle de constitucionalidade. Reclamação constitucional. Súmulas.							
OBJETIVOS							
Estudar o processo constitucional e as ações constitucionais existentes no ordenamento jurídico. Compreender a jurisdição constitucional em seus aspectos teóricos e procedimentais.							
Analisar o sistema jurídico processual.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BARROSO. Luiz Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 6. ^a ed São Paulo: Saraiva. 2012.							
DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de Processo Constitucional - Controle de Constitucionalidade e Remédios Constitucionais. 3 ^a Ed. São Paulo: Atlas. 2014							
MENDES. Gilmar Ferreira; BRANCO. Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 9 ^a São Paulo: Saraiva. Ed. 2014.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Editora Saraiva. 39 ^a ed. 2013. MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional 6 ^o ed. São Paulo: Saraiva, 2014.							
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 38 ^o ed. São Paulo: Malheiros. 2015.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO1031	Direito Ambiental II	30	0	0	30	2.2.0	ESO0932
EMENTA							
Pontuações históricas da responsabilidade civil; Responsabilidade objetiva; Fundamentos constitucionais da responsabilidade ambiental; Responsabilidade civil ambiental no Brasil; Dano ambiental, e sua reparação-titular da pretensão à reparação, imputabilidade e valoração do dano; a reparabilidade do dano ambiental; instrumentos de defesa (preservação e reparação) do meio ambiente; Ação civil pública ambiental; Ação Popular Ambiental. Análise de casos; análise jurisprudencial.							
OBJETIVOS							
Disponibilizar aos alunos subsídios teóricos, doutrinários e práticos, a fim de que possam compreender a problemática da responsabilidade civil ambiental aí incluído a prevenção e a reparação do dano ambiental tanto na esfera civil como administrativa para garantia da sadia qualidade de vida pela defesa e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.							
Trabalhar conceitos de responsabilidade civil e administrativa ambientais e por necessário o dano ambiental e seus consectários;							
Trabalhar a legislação e a jurisprudência ambiental em especial a ação civil pública e a ação popular como instrumento de defesa do meio ambiente e a qualidade de vida nas urbes.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
LEITE, José Rubens Morato. Dano ambiental - do individual ao coletivo extrapatrimonial. 2ª ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2003.							
MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Ação Civil Pública e a reparação do dano ao meio ambiente. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.							
STEIGLEDER, Annalise Monteiro. Responsabilidade Civil Ambiental: as dimensões do Dano Ambiental no Direito Brasileiro. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2004.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
LEMONS, Patrícia Faga Iglesias. Direito Ambiental: Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.							
LENZA, Pedro. Teoria Geral da Ação Civil Pública. 2. ed. Ver. Atual e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.							
MACHADO, Jeane da Silva. A solidariedade na Responsabilidade Civil. 1. ed. Rio de Janeiro: EdLumens Juris, 2006.							